

TERRITÓRIO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PANDEMIA: OS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO BAIXO AMAZONAS.

Rafael Alexandre Penha Silva¹

Marina Valéria Delage Vicente Mancini²

RESUMO

O presente estudo teve como propósito analisar os desafios do exercício profissional da Equipe Volante de um CRAS rural no Baixo Amazonas frente às particularidades da região que afetam o trabalho da Política de Assistência Social no município de Parintins/AM, sobretudo, durante a pandemia, bem como evidenciar as estratégias para o enfrentamento dos desafios. O Marco Teórico apreendido nesse processo investigativo teve como base o referencial histórico dialético, o qual expõe o movimento do real em sua dinâmica de permanente transformação e totalidade sendo permeada por contradições. Associado à abordagem qualitativa, evidenciou-se maior compreensão sobre o objeto estudado. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o principal desafio é chegar às comunidades que se encontram dispersas no território de abrangência do Cras, pois a via de acesso principal não possui pavimentação; com os ribeirinhos a equipe enfrenta a ausência do meio de transporte fluvial, que não é disponibilizado pela secretaria de Assistência Social com frequência. Com relação às estratégias os profissionais realizam um planejamento com a equipe e coordenação do Centro de Referência. Além disso, no desenvolvimento das ações a equipe utiliza das lideranças das localidades para conhecer as demandas, bem como o apoio de outros profissionais de diversas áreas. Durante a pandemia os desafios foram orientar os usuários quanto aos serviços ofertados, com relação as estratégias utilizaram-se a transmissão de rádio local e os telefones institucionais.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Território. Prática Profissional. Pandemia.

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo corona vírus teve início em 26 de fevereiro de 2020. Em 20 de março de 2020 foi protocolada enquanto calamidade pública na promulgação do Decreto Legislativo nº 6, que previa “a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020”. Seus maiores impactos são evidenciados nas famílias de baixa renda e com particularidades étnico-raciais. Na saúde, escancarou a precarização das unidades e condições de trabalho expressadas nas mais de 605 mil mortes. Do ponto de vista econômico se registra aumento no desemprego, da pobreza, falta de investimento para empreender e outros. No contexto político se observa uma polarização nas correlações de forças que ora

¹ Graduando do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, rafalexpenha@gmail.com;

² Professor (a) orientador: Mestra, Universidade Federal do Amazonas- UFAM, marinamancini@ufam.edu.com.

concede direitos ora se desmonta direitos e a população segue no sofrimento do luto, da fome e da morte.

No contexto rural, seus efeitos se espraiam nos mais diversos setores, os mais latentes são na produção e comercialização dos insumos, na falta de acesso ao auxílio proposto pelo governo federal, na aquisição de equipamentos de segurança e no acesso a saúde, que de modo geral as comunidades rurais carecem de unidades básicas de saúde nas suas sedes.

A política de Assistência Social teve papel fundamental no cenário pandêmico a nível nacional, sobretudo, em áreas rurais. A operacionalização da Assistência Social na Amazônia enfrenta inúmeros desafios, pois a região apresenta particularidades regionais que incluem características geográficas, culturais e sociais que devem ser consideradas no delineamento de políticas públicas e tais especificidades no contexto de calamidade pública edificaram desafios aos trabalhadores do Suas.

As peculiaridades regionais existentes na região amazônica como: o período de cheia e seca dos rios, a extensão territorial e a complexidade sociocultural dos povos autóctones colocam-se como aspectos que necessitam de uma olhar diferenciado mediante a prática dos profissionais que são responsáveis por realizar a busca ativa e efetivar os serviços socioassistenciais nas localidades.

Com a instalação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS nos municípios e oferta dos serviços como o Programa de Atendimento integral a Família- PAIF para determinados grupos, sobretudo, os Cras rurais, exigiu a expansão da equipe de referência, com a criação da equipe volante, que potencializou a oferta do serviço e garantia dos direitos dessas populações, historicamente omitidas pelo Estado.

A implementação de equipes volantes contribuiu para tornar visíveis à proteção social os indivíduos que até então não se encontram inseridos no Cadastro Único e não possuíam condições de locomoção para os municípios equipados com uma sede do Cras. Essa equipe junto com a equipe de referência (equipe fixa da instituição) após planejamento estratégico no combate a pandemia, foram reesponsáveis de realizar a busca ativa de famílias em extrema vulnerabilidade mediante agendamento via telefone.

Destarte, o estudo pauta-se no aprofundamento sobre as peculiaridades amazônicas, visto que essas necessitam ser incorporadas nas políticas públicas das diferentes instâncias e como essas desafiaram a operacionalização da Assistência Social no contexto pandêmico. Assim, a produção de conhecimento sobre essa temática se faz necessário para criamos estratégias e ampliar o debate no campo da assistência social na Amazônia.

METODOLOGIA

O Marco Teórico apreendido nesse processo investigado teve como base o referencial histórico dialético o qual expõe o movimento do real em sua dinâmica de permanente transformação e totalidade permeada por contradições.

A primeira aproximação foi por meio da pesquisa exploratória, estudo envolveu um levantamento bibliográfico, leituras, fichamentos, análises e discussões do material, para que assim houvesse um aprofundamento no conhecimento das categorias fundamentais de análise.

Para a concretização utilizou-se pesquisa de campo que é utilizada com o objetivo de se obter informações e conhecimentos acerca da problemática estudada. Como delineamento, utilizamos a pesquisa qualitativa, por se tratar de um pequeno número de sujeitos. O universo contou com dois profissionais um assistente social, uma psicóloga, integrantes da equipe volante do Centro de Referência de Assistência Social da Vila Amazônia. Para a coleta de dados, utilizou-se o roteiro de Entrevista Semiestruturada com os sujeitos da pesquisa pós-vacinação dos profissionais e do pesquisador. Após o termino da coleta das informações, iniciou-se o processo da análise das informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERRITÓRIO: um fator a ser considerado no desenho de políticas públicas

A concepção de território é polissêmica e depende da área no qual é empregada. No ponto de vista de Sposati (2013) o território é mais do que um *locus*, no sentido de um lugar, não é algo estático. Ainda que estes atributos façam parte do território, sua caracterização ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas. Assim refere-se a uma concepção dinâmica, tanto do ponto de vista geográfico, como histórico, político e social.

Soma-se a isso a concepção de Raffestin (1982) onde elucida que o território se constrói a partir do ato dos indivíduos de territorializar o espaço. O autor esclarece nessa perspectiva que o território se evidencia pela transformação do espaço, assim define território como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (IDEM p. 144).

Dessa forma, observamos que o território nada mais é que fruto da atividade humana, um lugar de construção e fluxo de relações sociais existentes através da coletividade de seus

membros, que por meio do poder modificam a natureza e as relações sociais e consequentemente se auto modificam (RAFFESTIN, 1982).

Nesta direção o território é também terreno de políticas públicas, onde se desenvolvem as manifestações da questão social e se concretizam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento. Assim, o debate da dimensão territorial como um dos eixos da Política de Assistência Social, constituiu-se como um fator potencialmente inovador, pois introduz na concepção de território, para além dos determinantes geográficos, se engendra como “espaço habitado” fruto de relações sociais (COUTO et al., 2012).

Assim nessa perspectiva a PNAS (BRASIL, 2004, p. 37) sinaliza:

A perspectiva territorial surge no bojo da Assistência Social com a criação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS ao considerar que: a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso.

Portanto, é de grande relevância se pensar em políticas públicas na perspectiva territorial, visto que as regiões brasileiras apresentam peculiaridades geográficas, culturais e sociais que devem ser consideradas no desenho das políticas públicas, e com isso fortalecer o desenvolvimento de serviços socioassistenciais correspondentes com as reais demandas da população, é imperativo o processo de regionalização da Assistência Social frente às peculiaridades da Amazônia à medida que as desigualdades sociais e a pobreza manifestam-se de forma diferente em cada região.

O território amazônico possui particularidades que acarretam desafios na efetivação dos serviços ofertados pelo Suas, alguns componentes das particularidades amazônicas incluem o seu extenso território, suas diversas etnias e seus diferentes paradigmas culturais e conflitos que são produtos de relações sociais antagônicas, como no caso da presença do latifúndio, que se perpetuou até os dias atuais sob os ditames do desenvolvimento capitalista (TEIXEIRA, 2013).

A autora elucida que as particularidades:

Afetam o trabalho do SUAS, sua forma plural de vias de deslocamento: aéreas, fluviais e terrestres, com implicações de espaço/tempo (barcos, lanchas, balsas, aviões, ‘cascos’, voadeiras, monomotores, jatos, entre outros). Afetam, pelas diversificadas formas de trabalho, estrutura familiar do território amazônico (populações ribeirinhas, povos da floresta, seringalistas, ocupação quilombola, garimpeiros, reservas indígenas, entre outros). (IDEM, p.192).

Nesta direção, a autora aponta a logística necessária para a efetivação dos serviços na realidade amazônica, o que impõe ao governo um maior investimento, uma vez que a região em questão em sua abrangência territorial é composta por vias fluviais, e pela sua baixa densidade demográfica conforme, visto que alcançar pessoas e famílias dispersas em uma vastidão territorial carente de meios de infraestrutura e transportes implica, sobretudo, no aumento dos custos da gestão.

Destarte, compete aos gestores, conselheiros e trabalhadores do Suas, particularizar os serviços e benefícios socioassistenciais no que toca aos direitos dos povos da Amazônia e mais especificamente dos grupos étnicos (direitos indígenas, quilombolas e direitos ambientais). Tal perspectiva requer uma complexa instrumentalidade no campo teórico, técnico e ético-político. A compreensão dessas questões, além da consciência da defesa dos direitos como um imperativo legal e ético, exige um rigoroso conhecimento das especificidades étnicas e seus diferentes universos culturais, para uma implementação de Políticas étnicas na perspectiva de sua autonomia TEIXEIRA (2013).

Nesta direção, o que se espera da Assistência Social com a vertente da regionalização, é simplesmente que se construam mecanismos com o propósito de ampliar o conhecimento sobre as particularidades da Amazônia. Necessita acumular informações sobre a realidade das famílias e grupos na região amazônica, pressupondo a oferta de ações consolidadas que atendam as reais demandas da população e que erradique as práticas assistencialistas ainda fortemente presentes na Amazônia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.2 A PRÁTICA PROFISSIONAL DA EQUIPE VOLANTE DO CRAS DE VILA AMAZÔNIA: PARTICULARIDADES ENFRENTADAS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS.

A PNAS esclarece que uma das primeiras medidas incorporadas pela Política de Assistência Social no que concerne ao território, foi a implementação de Centros de Referência de Assistência Social- CRAS nos municípios. Os Cras são a porta de entrada da Assistência Social. É uma unidade pública estatal de base territorial, localiza-se em áreas de vulnerabilidade social que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica cujo tem o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e

comunitários. Além disso, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (PNAS, 2004).

O Cras da Vila Amazônia, local onde os sujeitos atuam, está localizado à margem direita do Rio Amazonas, pertencente ao município de Parintins-Am no Baixo Amazonas, é o único equipamento de Assistência Social na comunidade, situa-se na Rua Ministro Cabrera. De acordo com o assistente social que integra a equipe volante o mesmo elucida que o Cras é responsável por aproximadamente 24 comunidades, rurais e ribeirinhas.

O tamanho e a composição da equipe volante obedecem a um único padrão, independentemente do porte do município e de quantas famílias são referenciadas ao CRAS. De acordo com o Artigo 3º da Portaria MDS nº 303, de 08/11/2011, é composta por, no mínimo, dois técnicos de nível superior, um assistente social e preferencialmente um psicólogo, além de dois técnicos de nível médio.

Partindo desse pressuposto, cabe elucidar sobre o perfil dos profissionais que compõem a equipe volante do Cras de Vila Amazônia e foram os sujeitos do estudo. O primeiro sujeito é assistente social do sexo masculino, possui graduação em bacharelado em serviço social, atua na equipe desde 2019, não possui pós-graduação. O segundo sujeito é uma psicóloga com graduação em psicologia. Atuou na equipe volante durante um ano no período de 2019 a setembro de 2021. Possui pós-graduação em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais. Os técnicos não aceitaram participar da pesquisa e sua decisão foi respeitada.

2.2.1 Particularidades enfrentadas pela equipe volante do Cras de Vila Amazônia

Teixeira (2013) discorre sobre os componentes que afetam o trabalho do SUAS na Amazônia, dentre eles estão as distâncias intermunicipais devido ao vasto território. A questão geográfica influencia muito no processo de trabalho de profissionais da área com horas de viagem e quando o acesso é pela estrada tem que enfrentar horas em estradas de barro ou com péssima pavimentação.

Quando questionados sobre as particularidades que se apresentam nas localidades que a equipe acessa elucidam:

“(…) as particularidades que nós temos é a distância na estrada, famílias que moram bem distantes dentro da mata e outra é através dos rios, nós temos que pegar a lancha e ir até as comunidades bem distantes que não tem acesso por terra nós vamos pelo rio e assim utilizamos a lancha para ir até lá fazer o processo e acionar através dos ACS’s as outras comunidades e eles vêm com seus transportes para a comunidade polo” (Assistente social, Pesquisa de Campo, 2021)

De acordo com o relato do assistente social e da psicóloga ambos convergem em destacar que umas das especificidades são as longas distancias que a equipe tem que percorrer para chegar às localidades cujo acesso é unicamente as estradas que ligam a comunidade de Vila Amazônia as demais comunidades.

Outrossim, se configura como especificidade de acordo com o que ressaltou a psicóloga, os modos de vida desses povos. Como o território de abrangência é constituído exclusivamente por comunidades rurais e ribeirinhas, logo é uma premissa conhecer essas formas de vida para poder assim desenvolver ações que respeitem os modos de viver dessas populações.

Na perspectiva de um modo de vida diferente do vivido no urbano Lusa (2016) salienta que um traço importante do modo de vida, de trabalho e de produção rural é a existência de relações próximas, de confiança e solidariedade, que se manifestam tanto no espaço de trabalho quanto das relações de sociabilidade familiar, de vizinhança e comunitária. Essa característica torna-se evidente na produção de base familiar, pois sua produção volta-se para o suprimento de suas necessidades no consumo local dos membros da família ou da comunidade e para comercialização simples.

Scherer (2004) elenca que a população ribeirinha possui o modo de vida interligado a dinâmica dos rios. Sua subsistência vem da pesca, porém também produzem alimentos proporcionados pela agricultura, uma vez que as terras de várzea possuem grande propriedades nutritivas. O modo de vida ribeirinho está condicionado aos ciclos da natureza, visto que o fenômeno da seca e cheia obedece a sazonalidade do rio. Assim o trabalho dessa população concernentes a pesca, agricultura e atividades extrativistas é comprometido pelo movimento das águas. A autora enfatiza que os ribeirinhos não estão na condição de miserabilidade da Amazônia, eles podem ser pobres mas não miseráveis.

Portanto para atuar nestas áreas, será necessário conhecer (além dos direitos constitucionais e de legislações complementares) como vivem os povos e comunidades tradicionais, forma de ocupação do território, organização social, utilização de recursos naturais, os elementos constitutivos da identidade cultural, eventuais hierarquias internas de prestígio, laços de confiança e solidariedade, a noção de família e valor a ela atribuído, as redes de parentesco, as regras sobre pertencimento a uma família, a divisão de papéis sociais de autoridade, valores em comum; situações de risco e violação de direitos eventualmente presentes e que podem se reproduzir, no decorrer do tempo, por costumes e ritos transmitidos

ao sucederem-se as gerações bem como as dinâmicas de relações que configuram redes de proteção (BRASIL, 2014).

Com relação às vulnerabilidades que os profissionais mais identificam nas áreas rurais e ribeirinhas destacou-se o seguinte:

“A leitura que eu faço, vamos dizer que são território bem complicados em relação a vulnerabilidade e riscos sociais. Em questão de que há vulnerabilidade socioeconômica, conflitos familiares, violência doméstica, violência física, sexual, não só contra mulheres, mas contra crianças meninas e meninos. Na pandemia com certeza essas vulnerabilidades foram acirradas.” (Assistente social, Pesquisa de Campo, 2021).

“[...] a gente percebe que existe a pobreza, a falta de acesso a bens e serviços, a saúde, a educação, embora tenha comunidades que tem escola, um posto de saúde abrangente, mas ainda é precário, pela falta de orientação e informação, como eu já disse, tudo isso potencializa na zona rural, pela distância, a dificuldade, acho que é basicamente isso nesse sentido” (Psicóloga, Pesquisa de Campo, 2021).

Sobre as vulnerabilidades percebe-se que são múltiplas e que estas são potencializadas por se manifestarem no contexto rural. No cenário pandêmico, devido ao isolamento e distanciamento social, os mesmos não realizaram visitas periódicas o que dificultou na identificação de vulnerabilidades, porém caso houvesse a necessidade, em virtude de extrema vulnerabilidade os profissionais efetuavam uma visita domiciliar com todos os equipamentos de proteção individual – EPI’s para assegurar a sua segurança e a do usuário.

Nesse viés, discorrido sobre as particularidades presentes no território de abrangência do Cras foi indagado se na percepção dos profissionais a Política de Assistência Social consegue abarcar as particularidades existentes na região. De acordo com o relato do profissional na sua percepção apesar da Política de Assistência Social possuir como base para o implemento das ações o território, percebe-se que há fragilidades quanto a sua operacionalização, uma vez que as ações não atendem a todas as famílias referenciadas ao Cras.

2.2.2 Desafios enfrentados pela equipe volante

Com a complexidade da região amazônica em termos de território, os trabalhadores do Suas enfrentam no cotidiano de trabalho inúmeros desafios que implicam muitas vezes na fragilização na oferta dos serviços. Para esta pesquisa, procuramos evidenciar os desafios do cotidiano profissional antes e durante a pandemia.

Sobre os desafios tanto o assistente social quanto a psicóloga enfatizam que o maior desafio é chegar às comunidades. Uma vez que as únicas vias de acesso são a estrada e o rio. As condições da estrada são precárias, primeiro que não possuem pavimentação e a prefeitura não proporciona melhorias, pois todas as vezes que inicia um trabalho de reparo, ou é final de mandato ou é no período de chuva, o que ambos os fatores impossibilitam a conclusão do serviço.

Por conta disso o próprio meio de transporte que no caso é o carro pode vir a danificar “às vezes até furava o pneu, ficávamos pela estrada e tinha que dar um jeito de retornar” (Assistente social, Pesquisa de Campo, 2021). Dessa forma o veículo torna-se inutilizável para desenvolvimento das ações. Ademais há comunidades em que as famílias se encontram dispersas no território como frisa o assistente social “Assim o desafio é chegar e o outro desafio é chegar à comunidade muito mais distante que são horas para chegar até a última comunidade na fronteira. É cansativo” (Assistente social, Pesquisa de Campo, 2021).

Outro empecilho refere-se às dificuldades de acessar as comunidades ribeirinhas por conta do meio de transporte que não era disponibilizado com frequência o que tornava um entrave para os profissionais no caso de alguma emergência nas localidades. Quando se fala em desafios oriundos das particularidades, é válido ressaltar que há territórios com características geográficas de infraestrutura e climáticas bastante diferenciadas entre si, algumas típicas de determinadas regiões a exemplo das vias fluviais que entrecortam toda a região norte, onde os deslocamentos são diretamente influenciados por períodos de seca ou de chuva intensa, sendo condição para o trabalho a ser desenvolvido definições tais como o(s) meio(s) de transporte mais adequado(s) e as condições de acesso aos povoados (BRASIL, 2014).

Quando questionados sobre o amparo da secretaria de assistência do município, ambos os sujeitos apresentam concordância positiva no que diz respeito ao suporte da secretaria. Porém os profissionais elencam que de certa forma é um amparo limitado ao evidenciar que alguns aparatos como o combustível e a lancha são insuficientes ou não são disponibilizados. Com relação às medidas de biossegurança os mesmos receberam total suporte com os EPI's e materiais de higienização.

No que tange ao combustível, a dificuldade surge quando a quantidade não supre as necessidades, uma vez que é compartilhada com a busca ativa da equipe interna impossibilitando a equipe volante de realizar as visitas nas comunidades. No que diz respeito ao meio de transporte fluvial o mesmo só é disponibilizado quando solicitado, aqui fica nítida

uma fragilidade, pois se o território de abrangência do Cras contempla comunidades ribeirinhas o meio de transporte fluvial deveria ser permanente.

No âmbito da pandemia os maiores desafios recaíram na reorganização dos serviços e no planejamento estratégico, após a ordem de suspender as atividades presenciais, para não desamparar as famílias assistidas, assim foi preciso montar uma linha de transmissão para orientar os usuários sobre o auxílio emergencial, e como estavam sendo organizados os serviços e demais benéficos. Nesta direção, outro empecilho relaciona-se a ausência de cobertura de sinal das operadoras nas áreas rurais o que dificultou a comunicação, bem como algumas famílias devido à extrema pobreza não possuem um aparelho celular.

2.2.3 Estratégias para a superação dos desafios

Pensar em estratégias no âmbito da Política de Assistência Social é necessário apreender que são contextos que inter cruzam múltiplos fatores, não é somente pensar em como desenvolver as ações ou como chegar às localidades, mas sim se a equipe terá apoio da gestão e se haverá disponibilidade de recursos, equipamentos e meios de transporte. Seguimos na ideia de destacar as estratégias antes e durante a pandemia.

A equipe volante do Cras de Vila Amazônia como principal estratégia.

Nós fazemos todo um planejamento, assim como vamos superar o desafio de chegar até as comunidades, nós sentamos toda a equipe técnica, realizamos o planejamento e assim pensar em como vou chegar na comunidade, como vou fazer o atendimento daquela população, por que são vinte e quatro comunidades. Vemos qual é uma comunidade polo para fazer isso e ver quais as comunidades ao redor, aí entramos em contato os ACS's (Agente Comunitário de Saúde) ou até mesmo com o presidente da comunidade e avisamos que vamos estar o dia lá para fazer a ação. Então para enfrentar esse desafio de ir, nós fazemos o planejamento de conversar em equipe, coordenador e repassarmos para a secretaria (Assistente social, Pesquisa de Campo, 2021).

Conforme o relato a primeira medida a ser arquitetada é a questão do planejamento. Nesse processo os profissionais reúnem-se e de forma democrática decidem os procedimentos para o desenvolvimento das ações, é nessa etapa que serão debatidas as variáveis que apresentam-se no cotidiano, uma vez que devem ser considerados os fatores climáticos, culturais e territoriais.

É válido ressaltar de que acordo com o profissional uma estratégia que pode ser utilizada é o acionamento do profissional da saúde que se localiza na comunidade, além de dialogar com a liderança da comunidade. Ao solicitar auxílio do ACS o assistente social usufrui e pratica a intersetorialidade, que se constitui trabalho em rede e pode ser

caracterizado pelo compartilhamento do planejamento, pela articulação das ações e pela integração do conjunto de serviços públicos em determinado território.

Na pandemia a estratégia, após a suspensão das atividades presenciais, foi a divulgação dos números da linha de transmissão via ondas de rádio e por meio das vozes comunitárias que levam as informações para as comunidades rurais adjacentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora proposto objetivou evidenciar a prática profissional da equipe volante do Cras de Vila Amazônia no que concerne às particularidades existentes, os desafios e as estratégias para oferta dos serviços. Possibilitou debater sobre como a equipe desenvolve as ações nesse território que é rico em diversidade de flora, fauna e um povo cercado de tradições, sobretudo no contexto pandêmico.

Os relatos demonstraram que no território de abrangência do Cras de Vila Amazônia as populações assistidas são famílias da zona rural e ribeirinhas, que possuem modos de vida particulares que devem ser respeitados, o que de acordo com a equipe ocorre, uma vez que para desenvolver as ações é uma premissa conhecer a realidade da localidade. São indivíduos que possuem potencialidades que devem ser trabalhadas e potencializadas como resposta a vulnerabilidades socioeconômicas.

A prática profissional da equipe volante é entrelaçada por desafios que exigem estratégias de superação, por isso o processo de trabalho dos trabalhadores do SUAS requer que a equipe esteja preparada e capacitada, assim a formação continuada e a capacitação desses profissionais é necessária, visto que as demandas são diversificadas por conta de fatores peculiares. No cenário pandêmico os desafios foram em acessar as famílias via telefone e como estratégia foi utilizada as transmissões via rádio.

Sendo assim, o estudo evidenciou a emergência de se pensar na Política de Assistência Social sob o olhar das particularidades regionais, formular estudos para verificar as reais demandas das famílias. É necessário que a gestão dos municípios invista na capacitação de profissionais, e claro que os profissionais da assistência construam conhecimentos a partir da realidade cotidiana para assim pensar em estratégias de ofertar os serviços de proteção social para as famílias residentes na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **CONSULTORIA:** Serviços e ações executadas por equipes volantes. Brasília. 2014.

COUTO, Berenice Rojas et al. (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. 3ª edição rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Rural:** Modos de Vida, de Trabalho In: FERNANDES, Rosa M. C; HELLMANN, Aline /organizadoras. Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A Família na Amazônia:** desafios para a Assistência Social. In: Serviço Social & Sociedade: Famílias (nº 71), 2002.

Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1982.

SCHERER, Elenise. **Mosaico Terra-Água:** A Vulnerabilidade Social Ribeirinha na Amazônia – Brasil. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra 16 a 18 de Setembro de 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Território e gestão de políticas sociais.** SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 05-18, JUL./DEZ. 2013.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A Amazônia e a interface com o SUAS.** Coletânea de Artigos Comemorativos dos vinte anos da Lei Orgânica da Assistência Social/Organizadores: José Ferreira da Crus... [et al].-Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-1ªed-Brasília: MDS. 2013.